



**ACÓRDÃO Nº489/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11376/2022.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Manicoré

**4- Exercício:** 2021

**5- Responsável:** Markson Machado Barbosa (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Gustavo Augusto Bastos Domingos - OAB/AM 13691, Gutenberg de Menezes Seixas - OAB/AM 14168, Fabio Moraes Castello Branco - OAB/AM 4603 e Marcos Daniel Souza Rodrigues - OAB/AM 10987

**7- Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 850/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manicoré. Exercício de 2021.

*Irregularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Manicoré, sob a responsabilidade do **Sr. Markson Machado Barbosa**, Presidente da Câmara no exercício de 2021, nos termos do art. 22, inciso III, "b" da Lei n. 2423/1996.

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. Markson Machado Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelos Achados 03, 06 "b", 06 "e", 08 e 09, todos constantes no Relatório Conclusivo n. 150/2022-DICAMI (fls. 409/431), impropriedades que constituem grave infração à norma legal e também constam elencadas neste Relatório/Voto, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.2.1. Fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o



**ACÓRDÃO Nº489/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Markson Machado Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, à época, no valor de **R\$ 3.413,60** (Três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), pelo atraso no envio do RGF – 3º quadrimestre ao TCE e também pelo atraso na publicação do RGF-2º quadrimestre, impropriedades constantes no Relatório Conclusivo n. 150/2022-DICAMI (fls. 409/431), sendo o valor de **R\$ 1.706,80** por atraso no envio/publicação do demonstrativo, restrições elencadas neste Relatório/Voto, com base no art. 308, I, “c” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.3.1. Fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa



**ACÓRDÃO Nº489/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Dar ciência** do decisório prolatado nos autos ao **Sr. Markson Machado Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré no exercício de 2021, por intermédio de **seus patronos**, conforme Procuração às folhas 407.

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 21 de Março de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em exercício

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**

Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral